



Belo Horizonte, 08 de junho de 2010

## REUNIÃO ORDINÁRIA

Senhoras e Senhores,

Antes de tudo, gostaria de agradecer ao nosso anfitrião, Secretário Sérgio Alair Barroso pela receptividade e apoio para a realização deste importante evento.

Agradeço especialmente aos palestrantes que aceitaram prontamente estar aqui conosco compartilhando seu tempo para expor sua visão e contribuir para os debates que se seguirão ao longo do dia.

Externo também meus agradecimentos às instituições aqui presentes, todas elas atores atuantes e representativos do setor energético brasileiro.

Essa reunião ordinária do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia se reveste de um caráter todo especial. Primeiro, porque iremos tratar de dois temas (concessões e planejamento energético) que impactam não somente o setor energético, mas também o presente e o futuro do Brasil e dos estados da federação, visto que a energia é um dos pilares centrais para viabilizar e alavancar o desenvolvimento econômico e social, gerar emprego e renda, expandir os investimentos globais, desenvolver novas tecnologias e promover níveis crescentes de qualidade de vida para nossa sociedade, dentre tantos outros aspectos.

Em segundo lugar, os resultados dos debates e reflexões a serem extraídos no decorrer dessa reunião se constituirão em subsídio para que o Fórum, ouvindo os agentes públicos e privados, a sociedade e os estados brasileiros, elabore um documento consistente e bem fundamentado, fruto do consenso e do entendimento, que espelhe o seu posicionamento sobre as temáticas acerca da renovação das concessões do setor elétrico e da formulação do planejamento energético nacional.

Em terceiro lugar, visando contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor energético, articulando e reforçando a atuação das unidades da federação mediante o estabelecimento de canais de comunicação cada vez mais estreitos com o governo federal, o Fórum irá envidar esforços para submeter o referido documento à apreciação dos candidatos a presidente da república, na expectativa de que as demandas e as necessidades específicas a cada região do país, a cada fonte e segmento energético, sejam contempladas no programa do novo governo que tomará posse em 2011.

Em síntese, o documento a ser elaborado servirá como um instrumento para que o Fórum possa intensificar o diálogo sobre grandes temas que dão sustentação à construção das políticas públicas nacionais e regionais pertinentes ao segmento energético brasileiro. Para tanto, é necessário superar diferenças político-ideológicas, cultivar o entendimento e o diálogo, requisitos estes indispensáveis para



a construção de uma agenda de Estado justa, equânime e que promova o desenvolvimento com sustentabilidade econômica, ambiental e harmonia social.

Finalmente, gostaria de ressaltar que o Fórum é um espaço de discussão apartidário e de sentido pluralista, com representatividade no cenário nacional, constituído com a finalidade precípua de promover, incentivar e contribuir para o debate em torno das questões energéticas do país e de ser um mecanismo de interlocução dos governos estaduais com o governo federal, com organizações empresariais e com instituições da sociedade civil organizada. Tendo isso em mente, e pensando em unir interesses distintos em um país continental como o Brasil, é que pretendemos conduzir as discussões sobre a renovação das concessões e sobre a formulação do planejamento energético.

Nesta manhã iremos tratar da temática “Concessões do Setor Elétrico”. Estão em jogo aproximadamente 22 mil MW de usinas hidrelétricas, 41 distribuidoras e 70 mil quilômetros de linhas de transmissão. Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes, gostaria de enfatizar alguns pontos que, a meu ver, merecem atenção especial quando da abordagem desse tema, são eles:

1. Definição urgente de regras claras: licitar ou prorrogar as concessões existentes?. Essa indefinição cria insegurança no mercado e trava a realização de investimentos de longo prazo por parte das concessionárias;
2. Transparência nas decisões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico;
3. Confiabilidade dos sistemas de geração, transmissão e distribuição;
4. Segurança energética do país.

Convido então o Diretor da ANEEL, Nelson Hübner, para fazer sua exposição. Obrigado.

## **TEMÁTICA PLANEJAMENTO ENERGÉTICO**

Como fiz na parte da manhã, onde debatemos sobre a renovação das concessões, gostaria de agradecer aos palestrantes que aceitaram nosso convite para esta reunião.

Externo também meus agradecimentos às instituições aqui presentes, todas elas atores atuantes e representativos do setor energético brasileiro.

Quando assumi a presidência do Fórum em julho de 2009 expus aos meus pares que tínhamos um grande desafio pela frente, qual seja, turbinar a atuação do Fórum conferindo-lhe um viés mais político do que técnico. Isso implica, entre outras coisas:

- Utilizar a força de mobilização dos secretários de estado junto às suas bancadas locais para o encaminhamento das questões energéticas com trâmite no Congresso Nacional, tal como fazemos com a Lei do Gás e com os projetos de lei do Pré-Sal;



- Buscar estabelecer canais de articulação permanentes com instituições do governo federal, a exemplo do que estamos fazendo com o MME e o MMA, quando assinamos em conjunto com esses ministérios a “Carta dos Ventos” para fomentar o segmento eólico no Brasil.

Minha gestão tem como uma de suas principais bandeiras discutir a forma como o planejamento energético vem sendo conduzido no país nas últimas décadas. Acreditamos firmemente que a descentralização é elemento fundamental para se chegar ao pleno fortalecimento do segmento energético nacional.

Quando feito de forma centralizada, o planejamento peca por não levar em consideração especificidades regionais. Não raro, trata como iguais unidades da federação que, dada a sua geografia, disponibilidade de recursos naturais, aspectos culturais e sócio-econômicos, são completamente distintas uma das outras, sobretudo no que diz respeito ao melhor aproveitamento de suas potencialidades energéticas.

O Nordeste tem enorme potencial eólico; o Rio de Janeiro é rico em petróleo e gás; a região Norte tem na força dos rios sua principal fonte energética; O Rio Grande do Sul dispõe de imensas reservas de carvão mineral de fácil exploração, pois se encontram praticamente a céu aberto. Além disso, dispomos de urânio, terras para a produção de biocombustíveis, montanhas de resíduos sólidos urbanos e diferentes tipos de biomassa que podem ser convertidas para a geração de energia.

Diante dessa abundância de alternativas energéticas, privilégio de poucos países, não podemos deixar de explorar todas elas simultaneamente, mesmo que algumas o sejam de forma experimental, com vistas a desenvolver tecnologia própria e nos prepararmos para o futuro quando do declínio do esgotamento de fontes convencionais que hoje se mostram competitivas.

Enfim, somos favoráveis a um novo tipo de planejamento cuja finalidade seja contemplar, entre outros aspectos e respeitando critérios técnicos, econômicos, de sustentabilidade ambiental e primando pela melhor relação custo-benefício, a exploração de energéticos característicos de cada região do Brasil, de sorte a viabilizar investimentos em diferentes tipos de fontes de geração de energia e promover o desenvolvimento local e regional.

Para tanto, a participação dos estados da federação se faz mister. Por exemplo, através das agências estaduais de regulação; de assentos nos grupos de trabalho do governo federal; na elaboração e aperfeiçoamento das leis do setor energético; na comunicação com a sociedade; na definição de cronogramas de obras para ampliação do nosso parque gerador. São inúmeros os canais de comunicação e de articulação entre os estados e o governo federal que podem ser melhor aproveitados e/ou estabelecidos.

O Fórum, enquanto porta-voz dos secretários de energia do Brasil e, portanto, sensível às realidades energéticas de cada unidade da federação, não só pode, mas



deve, ser ouvido e participar ativamente da formulação do planejamento energético, desde a sua fase embrionária até a sua divulgação pública.

Não é racional, sob o ponto de vista de obtermos a máxima efetividade na elaboração das diretrizes que nortearão a marcha do setor energético brasileiro no futuro, nós sermos convocados - e quando digo nós refiro-me não apenas ao Fórum, mas a instituições como a ABEGÁS, o IBP, a ABRACE, a ABEEÓLICA, a APINE, a ANACE e demais instituições aqui presentes e também da sociedade civil organizada, sejam estas públicas ou privadas - para simplesmente validar formulações elaboradas a portas fechadas.

Muitas vezes sugestões ou tentativas de contribuir são ignoradas pelos entes responsáveis pela concepção do planejamento energético nacional. Este chega-nos como sendo um "pacote" de governo, não de Estado, e não raro com poucas margens de ajustes em consonância com o pleito e a opinião do restante da sociedade.

Assim, ao levantarmos a bandeira da descentralização do planejamento energético, não estamos, absolutamente, pregando a "insurreição" contra o governo central, pelo contrário, estamos apenas externando uma vontade, perfeitamente factível, de sermos ouvidos, de participar e de poder contribuir para a segurança energética do país. Descentralizar no sentido de promover a participação e de atender demandas de energia específicas da melhor forma possível, atendendo a diferentes interesses e necessidades, sejam estas dos estados, dos setores econômicos e da sociedade de forma mais ampla.

Em suma, o Fórum advoga em prol da colaboração e do diálogo transparente e cordial entre todos os atores que, direta ou indiretamente, estão preocupados e empenhados em consolidar o setor energético brasileiro sem sobressaltos e incertezas, de sorte que possamos construir uma nação desenvolvida e na qual a energia é uma variável macroeconômica de extrema relevância.

Para finalizar, sugiro para reflexão os seguintes pontos:

1. Que critérios norteiam a formulação do planejamento energético?
2. Como é mensurada a efetividade desse planejamento? Por exemplo, balanço anual entre o previsto e o realizado;
3. Somente leilões de fontes renováveis a partir de 2014 serão suficientes para suprir a demanda energética?
4. Como incorporar as contribuições dos agentes do setor energético e da sociedade como um todo?

Passo a palavra para o Dr. Altino, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME.

Obrigado.